

ATA DA 60ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO RIOPREVIDÊNCIA, REALIZADA NO DIA 24 DE MARÇO DE 2014.

Aos vinte e quatro dias do mês de março do ano dois mil e quatorze, reuniu-se o Conselho de Administração do Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro – Rioprevidência - na sua sede, à Rua da Quitanda, nº 106, 3º andar, com a presença de dez membros, conforme lista de presença anexa. Verificada a presença de quórum, instalou-se a Reunião, presidida pelo Sr. Francisco Antonio Caldas de Andrade Pinto, Suplente do Presidente do Conselho, e secretariada pela Representante dos Segurados do Poder Executivo, Sra. Francisca Rodrigues Talarico. A pauta desta reunião, encaminhada previamente aos Conselheiros, foi a seguinte: **Deliberação: Item 1. Aprovação de Avaliação Atuarial do Fundo Financeiro. Item 2. Aprovação de premissas para o novo Plano Previdenciário. Item 3. Aprovação do Balanço de 2013. Informes: Item 1. Operação de venda definitiva de Royalties e Participações Especiais. Item 2. Informe sobre o Parecer dos Auditores Independentes sobre Demonstrações Contábeis de 2012. Item 3. Pensão Digital. Item 4. Evolução dos Benefícios 2013. Item 5. COMPREV.** O Suplente do Presidente do Conselho de Administração, Sr. Francisco Antonio Caldas de Andrade Pinto, iniciou a reunião agradecendo a presença dos Conselheiros e, após as considerações iniciais, passou a palavra para o Diretor-Presidente do Rioprevidência, Sr. Gustavo de Oliveira Barbosa, que iniciou a discussão dos **Itens 1 e 2** da pauta de **Deliberação**. Diretor-Presidente do Rioprevidência lembrou que cabe ao Conselho de Administração examinar e aprovar a Avaliação Atuarial do Rioprevidência e o Plano de Custeio do Fundo, e passou a palavra ao Diretor de Seguridade da Autarquia, Roberto Moisés dos Santos. O Diretor de Seguridade informou que a Avaliação Atuarial do Rioprevidência é feita pela Caixa Econômica Federal (CEF), e que, de acordo com a lei 6.338/2012, é necessário que haja duas avaliações devido à segregação de massas ocorrida em 4 de setembro de 2013: uma para o Fundo Financeiro, cujo método de financiamento é o de repartição simples, e outra para o Fundo Previdenciário, cujo método de financiamento é o de capitalização. O Sr. Roberto Moisés dos Santos explicou que as premissas adotadas para o Fundo Financeiro são a taxa de juros de 6% (seis por cento), a taxa real de crescimento do salário, de 1% (um por cento), e a Tábua de Mortalidade de Válido AT-49. Segundo o Diretor de Seguridade do Fundo, houve mudança na Tábua de Mortalidade de Inválido, sendo adotada a IBGE 2011, por ser exigência do Ministério da Previdência Social. O Sr. Roberto Moisés dos Santos apresentou a avaliação atuarial do Plano Financeiro de 2014, cujo Custo Normal ficou estabelecido em 22,98% (vinte e dois vírgula noventa e oito por cento), o Custo Suplementar em 35 anos alcançou 45,98% (quarenta e cinco vírgula noventa e oito por cento), e o Custo Total

ATA DA 60ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO RIOPREVIDÊNCIA, REALIZADA NO DIA 24 DE MARÇO DE 2014.

obteve 68,96% (sessenta e oito vírgula noventa e seis por cento). O Diretor de Seguridade observou que seria possível administrar o Rioprevidência somente com as contribuições previdenciárias, caso não houvesse Passivo a ser coberto, uma vez que o déficit atuarial do Fundo atualmente é de R\$66 bilhões (sessenta e seis bilhões de reais). O Sr. Roberto Moisés dos Santos informou que a Reserva Matemática do Rioprevidência, nome técnico dado às Obrigações do Plano Previdenciário, totalizaram R\$151.438.218.617,63 (cento e cinquenta e um bilhões quatrocentos e trinta e oito milhões duzentos e dezoito mil seiscentos e dezessete reais e sessenta e três centavos); que a soma da reserva de Benefícios Concedidos e à Conceder é de cerca de R\$ 45 bilhões (quarenta e cinco bilhões de reais); que o Ativo totalizou cerca de R\$ 84,5 bilhões (oitenta e quatro bilhões e quinhentos mil reais), e que as Reservas Matemáticas à Constituir alcançaram o valor de R\$ 66.840.619.208,65 (sessenta e seis bilhões oitocentos e quarenta milhões seiscentos e dezenove mil duzentos e oito reais e sessenta e cinco centavos). O Diretor de Seguridade do Fundo elucidou que o déficit atuarial está aumentando em função de fatores como: envelhecimento dos segurados; base mais consistente devido ao cadastramento e ao recadastramento de ID Funcional; 15% (quinze por cento) a mais de benefícios concedidos aos aposentados que ingressaram no Plano; fenômeno da longevidade; e mudança da Tábua IBGE 2010 para a Tábua 2011. De acordo com o Sr. Roberto Moisés dos Santos, o aumento da expectativa de vida faz com que os benefícios se prolonguem por mais tempo, o que ocasionou a elevação da folha de pagamentos do Fundo em 6,6% (seis vírgula seis por cento), um reflexo dos aumentos salariais concedidos a servidores estaduais em 2013. Com relação à avaliação atuarial do Plano Previdenciário do Fundo, o Diretor de Seguridade informou que a taxa de juro real para esse plano será de 5% (cinco por cento), conforme descrito na Nota Técnica DSE/DIN Nº01/2013, e que o custo verificado pelo atuário foi de 30,03% (trinta vírgula zero três por cento), que o superávit técnico em 2013 foi de R\$1,37 milhão (um milhão trezentos e setenta mil reais), e que este Fundo possui 3.278 (três mil duzentos e setenta e oito) servidores ativos, inscritos a partir da segregação de massa, ocorrida em 4 de setembro de 2013. O Sr. Gustavo Barbosa lembrou que o superávit gerado ocorre no início do Plano Previdenciário devido a pouca massa crítica de servidores e à adoção de medidas mais conservadoras, fazendo com que os números fiquem distorcidos, o que está dentro da normalidade. A partir do crescimento da massa, Ativo e Passivo se tornarão mais homogêneos. O Diretor-Presidente do Rioprevidência explicou, então, a mudança de taxa de juro real, que é a taxa utilizada para cálculos de avaliação atuarial: a adoção da taxa de 5% (cinco por cento) ocorre em um momento de evolução da taxa de juro no

ATA DA 60ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO RIOPREVIDÊNCIA, REALIZADA NO DIA 24 DE MARÇO DE 2014.

Brasil, mas que tende a cair no médio e no longo prazo. Essa taxa define qual o retorno acima da inflação que os ativos existentes no Rioprevidência deverão rentabilizar. Se há uma tendência de redução de taxa de juro no médio e longo prazos, o mais prudente é que se considere uma taxa mais conservadora. Dessa forma, a adoção da taxa de 5% (cinco por cento) ao ano foi considerada a opção viável para a criação de um fundo efetivamente perene, independente de recursos do Tesouro Estadual, à exceção das contribuições previdenciárias, de alocação de Receitas de Royalties e Participações Especiais, e com capacidade para realizar o pagamento dos benefícios, dependendo apenas das contribuições previdenciárias. O Sr. Gustavo Barbosa informou que, também de forma conservadora, o Fundo adotou a tábua de mortalidade AT-2000 em vez da Tábua IBGE 2011, pelo fato de esta ser influenciada pelo comportamento demográfico de todas as regiões do país. A tábua proposta é mais aderente ao comportamento demográfico dos servidores públicos do Estado do Rio de Janeiro, onde a longevidade é maior do que em várias regiões do Brasil. O Sr. Roberto Moisés dos Santos disse que a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) solicitou aos fundos de pensão a redução da taxa de juros real de 6% (seis por cento) para 5% (cinco por cento), e é vista como uma tendência no setor. O Sr. Francisco Antonio Caldas colocou os dois itens em votação. A Avaliação Atuarial do Fundo Financeiro e as Premissas para o Novo Plano Previdenciário foram aprovadas por todos os Conselheiros presentes. **Item 3.** O Diretor de Administração e Finanças, Luiz Claudio Fernandes Lourenço Gomes, apresentou os indicadores contábeis do Balanço de 2013 do Rioprevidência. O Diretor apresentou a composição das receitas do Fundo, compostas principalmente pelas oriundas dos royalties e participações especiais e pelas contribuições previdenciárias. O Sr. Luiz Claudio Gomes informou que no ano de 2012 deixaram de ser emitidos os Certificados Financeiros do Tesouro (CFT) e que, desta forma, houve a necessidade de realizar as operações de cessão definitiva de parte das receitas de royalties e participações especiais com o Banco do Brasil, no valor de R\$1 bilhão (um bilhão de reais). O Diretor de Administração e Finanças explicou que, com relação às despesas, a concentração a concentração ocorreu nas despesas previdenciárias, sendo que cerca de 1% (um por cento) dos gastos foram de despesa administrativa. O Diretor apresentou, ainda, quadro comparativo do Balanço Contábil do Fundo entre os anos de 2009 e 2013, expondo o déficit atuarial existente em 2013 e suas motivações, dentre as quais se destacam o aumento contínuo do número de segurados dado o fenômeno da longevidade, os aumentos da remuneração dos servidores ativos que impactam no valor dos benefícios dos inativos e dos pensionistas, dentre

ATA DA 60ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO RIOPREVIDÊNCIA, REALIZADA NO DIA 24 DE MARÇO DE 2014.

outras. O Sr. Gustavo Barbosa elucidou que esse déficit provém da soma de alguns fatores, como o aumento de salários, que onerou a folha de mais 16,5% (dezesseis vírgula cinco por cento) em 2013, e a mudança da tábua de mortalidade utilizada, uma determinação do Ministério da Previdência Social. O Sr. Francisco Antonio Caldas colocou o item em votação, e o Balanço do ano de 2013 foi aprovado pelo Conselho de Administração do Fundo. Dando início aos **Informes**, abordou-se o **Item 1**. O Sr. Gustavo Barbosa lembrou aos Conselheiros da aprovação pelo CONAD e pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ) da possibilidade de o Rioprevidência realizar operações no mercado nacional e internacional para a captação de até R\$9,3 bilhões (nove bilhões e trezentos milhões de reais) para cobertura de despesas do Fundo. Deste valor, R\$3,3 bilhões (três bilhões e trezentos milhões de reais) já foram realizadas operações com o Banco do Brasil e com a Caixa Econômica Federal. De acordo com o Diretor-Presidente do Rioprevidência, a opção por buscar a operação internacional é devido ao custo de a captação ser menor e, também, devido ao grande volume de recursos, uma vez que o mercado nacional poderia não absorver totalmente o valor da operação. O Sr. Gustavo Barbosa explicou que para o grau de investimento na operação é necessário que a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil negociem os contratos realizados em 2013 dentro da estrutura da operação, para que não haja nenhum acesso às receitas de royalties e participações especiais antes dos investidores internacionais. Somente desta forma os investidores terão intenção, “apetite”, para comprar os títulos que serão emitidos no exterior. O Diretor disse que Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal já sinalizaram positivamente, e que estão sendo discutidas as bases da negociação do contrato. Segundo o Conselheiro, os advogados internacionais estão realizando *Due Dilligence* para compreender a operação e para conhecer a equipe administrativa do Governo do Estado do Rio de Janeiro e da Autarquia. As empresas de classificação de riscos Standard & Poor’s e Fitch também se reuniram com os secretários de Fazenda e de Planejamento, objetivando aprofundar as discussões da operação e conhecer os gestores que estão à frente do processo. O Diretor-Presidente do Rioprevidência esclareceu que o Fundo está se financiando com a antecipação das contribuições previdenciárias do Estado, as quais constituem 22% (vinte e dois por cento) da Folha. Informou que até o mês de abril de 2014 as antecipações conseguem suportar as necessidades de caixa do Fundo. A partir desta data, qualquer recurso que o Estado integralizar no Rioprevidência será considerado uma capitalização, ou seja, sem a possibilidade de haver compensação de recursos, que remete à utilização de recursos do Tesouro Estadual. O Sr. Pedro Paulo Marinho

ATA DA 60ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO RIOPREVIDÊNCIA, REALIZADA NO DIA 24 DE MARÇO DE 2014.

de Barros disse que, de acordo com a legislação vigente, a contribuição previdenciária constitui-se como receita do Rioprevidência, jamais podendo este órgão ser considerado devedor do Estado. E, caso não haja receita o suficiente, o Estado deve aportar recursos no Fundo. O Sr. Gustavo Barbosa argumentou que a antecipação de contribuição previdenciária foi uma forma de financiamento do atual déficit financeiro do Rioprevidência, e que foi a forma de auxiliar o caixa do Fundo dentro dos recursos orçamentários, lembrando que, pela lei, qualquer insuficiência financeira é de responsabilidade do Tesouro Estadual. De acordo com o Conselheiro, objetivo do Tesouro é, portanto, administrar os recursos do estado da melhor forma possível, de modo a não onerar seu orçamento no sentido de pagar aposentadoria e pensão, à exceção das contribuições previdenciárias. O Diretor-Presidente do Fundo disse que essa antecipação foi uma engenharia financeira utilizada para que a entrada destes recursos fosse caracterizada somente como antecipação de contribuição em vez de integralização de capital. **Item 2.** O Gerente de Controle e Auditoria do Rioprevidência, José Roberto de Oliveira, informou que os Auditores Independentes deram parecer favorável às Demonstrações Contábeis do ano de 2012, fazendo recomendações com relação aos ativos patrimoniais que deverão apresentar depreciação nos seus valores. De acordo com o Sr. José Roberto de Oliveira, foi solicitado pelo Rioprevidência ao Tribunal de Contas do Estado (TCE) para que fosse feita a provisão de Título Público no valor de R\$50 milhões (cinquenta milhões de reais), de forma a dar baixa no ativo do Fundo. O Sr. Gustavo Barbosa enfatizou que tem sido buscado entendimento junto ao TCE para que o Título seja reconhecido como provisão, pois não há perspectiva de retorno desse valor ao Fundo. Esse provisionamento só pode ser feito com autorização do TCE. O Sr. José Roberto de Oliveira destacou que o TCE também aprovou as contas do ano de 2011, e que suas determinações foram baseadas na Portaria 498 da Secretaria de Previdência Social. Essas determinações foram atendidas com a aprovação das leis estaduais de previdência complementar e segmentação de massa. O Gerente de Controle e Auditoria destacou, ainda, que as contribuições repassadas pelo Instituto de Assistência dos Servidores do Estado do Rio de Janeiro (IASERJ) ao antigo Instituto de Previdência do Estado do Rio de Janeiro (IPERJ), no valor de R\$35 milhões (trinta e cinco milhões de reais), outro ponto de determinação do TCE, foram regularizadas. **Item 3.** O Sr. Gustavo Barbosa informou que a pensão digital entrou em funcionamento no mês de dezembro de 2013, sendo considerada um salto na qualidade da concessão de benefícios, visto que o beneficiário tem a pensão concedida dentro da conformidade e o Rioprevidência evita a geração de documentos em papel. O Diretor de

ATA DA 60ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO RIOPREVIDÊNCIA, REALIZADA NO DIA 24 DE MARÇO DE 2014.

Administração e Finanças do Rioprevidência disse que o lançamento da concessão de aposentadoria digital dependerá da centralização das aposentadorias dos servidores estaduais no Fundo, e explicou que o processo digital eletrônico se aproxima da Gestão Eletrônica de Documentos (GED), com a diferença de que no processo digital do Rio de Janeiro foi incorporada toda a legislação que rege o processo administrativo no Estado, de forma que não existe diferença entre os processos em papel e digital. Segundo o Sr. Luiz Claudio Gomes, será possível visualizar o processo sem solicitá-lo, gerando economia de papel e redução do Arquivo da Instituição, além de redução nos custos de manutenção e na gestão dos processos em papel. O Diretor de Administração e Finanças informou que os processos em papel estão sendo microfilmados e digitalizados. **Item 4.** O Diretor de Seguridade do Rioprevidência apresentou dados da evolução de benefícios no ano de 2013: houve redução de 0,2% (zero vírgula dois por cento) ao ano no quantitativo de pensionistas devido ao recadastramento de Identidade Funcional e das chamadas Filhas Maiores, de modo que a redução mensal das despesas do Fundo com esses grupos de pensionistas alcançou R\$21 milhões (vinte e um milhões de reais). No mês de dezembro de 2013, o Fundo tinha 93.272 (noventa e três mil duzentos e setenta e dois) pensionistas. Neste mesmo período, a folha do Rioprevidência teve um acréscimo de 15,5% (quinze vírgula cinco por cento), totalizando R\$231,84 milhões (duzentos e trinta e um milhões oitocentos e quarenta mil reais) por mês. O benefício médio da pensão em 2013 foi de R\$3.304,78 (três mil trezentos e quatro reais e setenta e oito centavos). Com relação à qualidade do (a) pensionista, 55% (cinquenta e cinco por cento) são viúvos; 20% (vinte por cento), Filhas Maiores; 13% (treze por cento), companheiros; 4% (quatro por cento) Filhos Menores; 3% (três por cento) são Legatários; 2% (dois por cento) são Inválidos; e 4% (quatro por cento) estão na qualidade de "Outros". O Diretor informou, ainda, que 12% (doze por cento) dos pensionistas são do sexo masculino, enquanto 88% (oitenta e oito por cento) são do sexo feminino, e que 52% (cinquenta e dois por cento) dos pensionistas têm idade acima dos 60 (sessenta) anos. O Sr. Roberto Moisés apresentou o percentual por instituidor: 32% (trinta e dois por cento) provêm das carreiras administrativas; 24% (vinte e quatro por cento) da Polícia Militar do Estado (PMERJ); 11% (onze por cento) da Secretaria Estadual de Educação (SEEDUC); 11% (onze por cento) da Polícia Civil (PCERJ); 6% (seis por cento) do Departamento de Estradas de Rodagem (DER); 4% (quatro por cento) da carreira fazendária; 4% (quatro por cento) do Corpo de Bombeiros (CBMERJ); 4% (quatro por cento) da carreira de saúde; e 4% (quatro por cento) do Tribunal de Justiça (TJRJ). O Diretor de Seguridade exibiu quadro comparativo de reajuste de

ATA DA 60ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO RIOPREVIDÊNCIA, REALIZADA NO DIA 24 DE MARÇO DE 2014.

benefício pela paridade com os ativos e pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC): 64.939 (sessenta e quatro mil novecentas e trinta e nove) pensões são reajustadas pela paridade com os servidores ativos, enquanto 27.263 (vinte e sete mil duzentas e sessenta e três) são corrigidas pelo INPC. O Sr. Roberto Moisés dos Santos passou aos dados da aposentadoria: a quantidade de aposentados em dezembro foi de 160.235 (cento e sessenta mil duzentos e trinta e cinco), representando uma alta de 6% (seis por cento) em relação a janeiro de 2013; o valor da folha alcançou R\$745,58 milhões (setecentos e quarenta e cinco milhões quinhentos e oitenta mil reais) ao mês; e o benefício médio da aposentadoria ficou estabelecido em R\$ 3.634,19 (três mil seiscentos e trinta e quatro reais e dezenove centavos). Segundo o Diretor de Seguridade do Rioprevidência, o total da folha de benefícios mensais teve um acréscimo de 15% (quinze por cento) em 2013, somando R\$ 977,42 milhões (novecentos e setenta e sete milhões quatrocentos e vinte mil reais). O Sr. Roberto Moisés dos Santos elucidou que a evolução dos benefícios a partir de 2007 impactou a folha do Fundo com um acréscimo de 137% (cento e trinta e sete por cento), atingindo, em fevereiro de 2014, a soma de R\$1.015,71 (um bilhão quinze milhões setecentos e dez mil reais) ao mês. **Item 5.** O Sr. Roberto Moisés dos Santos apresentou dados de compensação previdenciária. Segundo o Diretor de Seguridade, foram arrecadados R\$63,62 milhões (sessenta e três milhões seiscentos e vinte e mil reais) no ano de 2013. O Estoque Retido no Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) totalizou R\$ 140 milhões (cento e quarenta milhões de reais). O Sr. Gustavo Barbosa explicou que após as grandes receitas do Fundo a compensação previdenciária é a maior. **Extrapauta 1.** Com relação ao Item 3 da 59ª Reunião do CONAD, realizada em 10 de dezembro de 2013, referente à autorização para a captação de mais R\$ 1 bilhão para o Rioprevidência, a Sra. Francisca Rodrigues Talarico e o Sr. Mauro da Silva Thomaz solicitaram que fosse colocado em ata que a captação foi aprovada, observada a informação prestada pelo Presidente do Rioprevidência, de que foi encaminhado Projeto de Lei à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ) com este objetivo. Nada mais havendo a tratar, a sessão foi encerrada pelo Sr. Francisco Antonio Caldas de Andrade Pinto, Suplente do Presidente do Conselho, e eu, Primeira Secretária, Francisca Rodrigues Talarico, lavrei a presente ata, que segue assinada pelo Presidente e por todos os Conselheiros presentes.

**ATA DA 60ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO
RIOPREVIDÊNCIA, REALIZADA NO DIA 24 DE MARÇO DE 2014.**

Continuação das assinaturas dos presentes na 60ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração,
realizada em 24 de março de 2014.

Francisco Antonio Caldas de Andrade Pinto
Subsecretário de Estado de Planejamento e Gestão

Leonardo da Cunha e Silva Espíndola Dias
Suplente do Secretário de Estado da Casa Civil

Renato Augusto Zagallo Villela dos Santos
Secretário de Estado de Fazenda

Sergio Pyrrho
Subprocurador-Geral do Estado

Gustavo de Oliveira Barbosa
Diretor-Presidente do Rioprevidência

Francisca Rodrigues Talarico
Representante dos Segurados do Executivo
1ª Secretária do Conselho de Administração

ATA DA 60ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO RIOPREVIDÊNCIA, REALIZADA NO DIA 24 DE MARÇO DE 2014.

Continuação das assinaturas dos presentes na 60ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração, realizada em 24 de março de 2014.

Pedro Paulo Marinho de Barros
Representante do Ministério Público

Nilson Bruno Filho
Representante da Defensoria Pública

Mauro da Silva Thomaz
Representante dos Segurados do TCE

Marcelo Alves Pinheiro
Representante do Tribunal de Contas do Estado

Jorge Vacite Filho
Representante dos Segurados do Ministério Público